

## POLÍTICAS ASSISTENCIAIS NO RECIFE (1935-1945): A EXPERIÊNCIA DA DIRETORIA MUNICIPAL DE REEDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS CENTROS EDUCATIVOS OPERÁRIOS<sup>1</sup>

RICARDO PINTO DE MEDEIROS<sup>2</sup>

*Resumo:* O artigo analisa as relações entre o Estado e a Igreja Católica no desenvolvimento de políticas assistenciais na cidade do Recife, de 1935 a 1945, buscando compreender a importância destas políticas como mecanismos de manipulação ideológica, cooptação e dominação.

*Abstract:* This article analyses the relationship between State and the Catholic Church on the development of social welfare in the city of Recife from 1935 until 1945. The aim of this work is try to understand the importance of this relationship as ideological manipulation.

**E**m Recife, no período de 1935 a 1945, uma conjunção de fatores favoreceu bastante as relações entre Igreja e Estado no campo da assistência social:

· A presença de um grande número de instituições ligadas à Igreja desenvolvendo serviços assistenciais, associadas por sua vez à existência de um enorme contingente de pobres existente na cidade.

·A existência de um movimento operário mobilizado e atuante, tendo sido o Recife um dos focos do levante comunista de 1935.<sup>3</sup>

·A presença de Agamenon Magalhães durante quase todo o período do Estado Novo em Pernambuco,<sup>4</sup> figura de destaque na política nacional e considerado um dos maiores ideólogos do novo regime, que pregava a colaboração entre a Igreja Católica e o Estado. Ao assumir a interventoria em Pernambuco, compôs quase todo o seu secretariado de jovens oriundos da Congregação Mariana.<sup>5</sup>

O principal objetivo deste artigo é refletir sobre a relação entre o desenvolvimento de práticas assistenciais e a manutenção de determinadas estruturas políticas de dominação, a partir da análise de duas instituições que atuaram em Recife durante o período em questão: a Diretoria Municipal de Reeducação e Assistência Social e o projeto dos Centros Educativos Operários. Estas instituições tiveram um importante papel no preenchimento do perigoso vazio provocado pela desmobilização do movimento operário autônomo e pela extinção dos partidos políticos e do Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal, que caracterizou o Estado Novo, tendo recebido total apoio de Agamenon Magalhães durante a sua interventoria em Pernambuco.

Nesse período, observa-se um processo de transição de competências e de complementaridade entre a Igreja Católica e o Estado no desenvolvimento de políticas assistenciais. Este processo pode ser bem percebido pela análise das duas instituições propostas: uma de iniciativa privada, seguindo o modelo dos Círculos Operários Católicos criados pela Ação Católica; e outra, de iniciativa pública, criada na administração municipal do Recife, que serão incorporadas conjuntamente dentro da estrutura burocrática-administrativa do Governo do Estado de Pernambuco, no final do período em questão, com a criação do Serviço Social Contra o Mocambo.<sup>6</sup>

Para entender a cultura política onde se desenvolvem estas práticas assistenciais, é importante levar em consideração algumas representações dominantes no imaginário político das elites no período em questão, principalmente aquelas oriundas de setores da Igreja Católica e do Estado, principais responsáveis pela implantação do Serviço Social na América Latina. Uma das nossas preocupações é perceber como se dá a exclusão social através da manipulação ideológica e da cooptação política.

Existia uma lógica patrimonialista que permeava o imaginário político dessa época, vinda desde o período colonial, e que é fundamental para compreender a maneira como o exercício da política era encarado pelas elites dominantes no período em questão. Esta lógica teria como características, en-

tre outras: a importância da família e da propriedade; a confusão entre as esferas pública e privada; o personalismo, a cordialidade e o clientelismo, como formas de dominação. Esta lógica será continuada, sob outra roupagem, com o desenvolvimento do populismo, que incorporava as demandas das classes subalternizadas pelo alto, sem a participação política das mesmas nos processos decisórios do poder.<sup>7</sup>

O populismo é um movimento de integração controlado das classes subalternas para certos benefícios sociais, mobilizando-as em torno de consignas ambíguas e imprecisas que apelam aos seus sentimentos e interesses privados. Essa mobilização contribui para o esvaziamento das relações de classe, transformando-as em relações pessoais dos indivíduos com o Estado. Dessa forma, o populismo aparece, como o corporativismo, para a integração das classes subalternas, sem necessariamente passar por organismo de base, mas por indivíduos-apoio.

O controle populista requer a livre expressão de pressões populares genuínas ao nível molecular, a fim de absorvê-las em um nível superior de agregação; o processo é complementado pela transformação do objeto ou de uma reivindicação popular, por parte do Estado, como uma doação. O que está fundamentalmente em questão, em todos os movimentos populistas do ponto de vista das classes dominantes, é a permanente recriação de massas indiferenciadas, a fim de apropriar-se antecipadamente da emergência de qualquer projeto hegemônico alternativo.

No universo das representações que compunham o imaginário das elites dominantes no período em questão, destacou-se a influência do pensamento social da Igreja no imaginário político dessas elites, principalmente seguindo a orientação das Encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, que defendiam uma justiça social distributivista e o combate ao comunismo. Havia também a proposta de solução da chamada “questão social” pela harmonização das relações entre capital e trabalho, através da adoção do corporativismo como modelo de representação política. O Corporativismo, inspirado nas corporações de ofício da Idade Média, consiste numa doutrina que prega a harmonização dos desajustes da economia de mercado e dos conflitos sociais por meio da criação de um sistema de corporações (unidades profissionais) formadas por representantes de patrões e empregados. Havia também no pensamento social da Igreja Católica na época toda uma preocupação com a justiça social e uma prática de combate à pobreza, que se caracterizava por atitudes meramente assistencialistas, colocando a caridade e a instrução como o limite de suas responsabilidades neste campo.<sup>8</sup>

Para identificar as representações dominantes no imaginário político dos deputados estaduais sobre a questão social, de 1935 a 1937, reportamo-nos aos discursos, projetos de lei, justificativas e pareceres dos deputados publicados nos Anais da Assembléia Constituinte e da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, que corresponde ao pequeno período de funcionamento do Legislativo dentro do corte cronológico proposto. Para perceber a visão de Agamenon Magalhães sobre a miséria e sua solução, utilizamos basicamente os artigos publicados diariamente no seu jornal, a Folha da Manhã, durante todo o período de sua interventoria em Pernambuco.

Na pesquisa foram identificados dois deputados que eram padres e um terceiro que se autorepresentava eleito pela legenda do “Cristianismo Social”. Dentre eles, destaca-se o pe. Gonzaga de Lira, pelo volume de discursos proferidos e de projetos apresentados, sempre buscando apoio do Estado, através de verbas, para as iniciativas assistenciais da Igreja. Vale salientar que o mesmo foi um dos diretores dos Centros Educativos Operários.

O que se pode constatar, tanto no discurso dos deputados estaduais quanto no do Interventor, é uma visão da miséria como uma doença social, um problema onde o único responsável pela pobreza é o próprio indivíduo. As soluções propostas para resolvê-lo geralmente se concentram em incentivar práticas meramente assistencialistas, pelo incentivo a instituições voltadas para a reeducação social, através da instrução e da doutrinação política e religiosa como forma de inserção no mercado de trabalho. Havia também em muitos discursos a idéia de mandar os mendigos para fora da cidade.

As políticas assistenciais desenvolvidas na cidade do Recife, no período proposto, caracterizaram-se por várias tentativas de cooptação política através de mecanismos de favorecimento como doações, dispensa de impostos e subvenções a instituições que prestavam assistência social por parte do governo estadual, e pela criação de novas instituições voltadas para a assistência social, que defendiam a prática da assistência social através da reeducação para o trabalho e da doutrinação política. Destaca-se nestas práticas uma importância dada às autoridades civis e religiosas como inspiradoras e responsáveis pelas iniciativas e a visão da assistência como uma esmola que deve ser doada, dentro do espírito cristão de ajuda ao próximo e uma vontade de interferir na situação de pobreza e transformá-la através de uma ação educacional e doutrinária.

Como exemplo desta tendência, podemos citar a Obra de Assistência aos Mendigos e Menores Desamparados da Cidade do Recife, que no artigo primeiro do seu estatuto, informa que a associação foi fundada, primordialmente para os seguintes fins:

*“1ª Assistência moral e material a todo e qualquer mendigo, independentemente de nacionalidade, cor, religião, sexo, estado civil e de saúde.*

*2ª Assistência moral, material e educacional para todo e qualquer menor desamparado (nas condições acima enumeradas para os mendigos adultos) quer seja encontrado na via pública ou entregue à obra.”*

De acordo com o artigo terceiro do mencionado estatuto, a obra seria constituída por uma só classe de membros, não podendo haver distinção de cor, sexo, posição social ou religião. O único motivo de recusa seria profissão de ateísmo, irreligiosidade ou negativismo, os quais estariam em flagrante contraste com o espírito da obra. Segundo o artigo nono, seriam considerados presidentes de honra, como homenagem à Ação Social que representavam, o governador do Estado, o arcebispo, o prefeito da cidade, o chefe de polícia e o presidente da Associação Comercial.<sup>9</sup>

É interessante observar que, através do Decreto-Lei Estadual n.º 496 de 01.06.1940, Agamenon Magalhães, considerando ser dever do Estado amparar as iniciativas de assistência social; que o inquérito feito sobre a habitação popular em Recife, revelou a existência de 2.832 indigentes que residiam em mocambos e que a Obra de Assistência aos mendigos e Desamparados da Cidade do Recife foi organizada nos mesmos moldes das congêneres do Rio de Janeiro e da Bahia; autoriza adquirir pela quantia de 200:000\$000 (duzentos contos de réis), o Engenho Jangadinha, no município de Jaboatão, com 315 hectares e fazer doação do mesmo à referida obra, para construção do Abrigo Cristo Redentor. Desde então o referido abrigo passa a receber apoio financeiro do Estado, sendo considerado como uma das “obras sociais” do governo.

## **A AÇÃO CATÓLICA, OS CÍRCULOS OPERÁRIOS CATÓLICOS E OS CENTROS EDUCATIVOS OPERÁRIOS**

A Ação Católica deu origem aos círculos operários, que, desde 1932, vinham-se desenvolvendo, especialmente no Rio Grande do Sul. Esse movimento ganhou estrutura nacional e, contando com o apoio financeiro do Estado e do empresariado, alcançou relativa amplitude durante o Estado Novo. Ao mesmo

tempo, continuavam os Congressos Eucarísticos Nacionais em Salvador (1933), Belo Horizonte (1936), Recife (1939), São Paulo (1942), com os mesmos efeitos de atrair multidões.

A orientação da Ação Católica para trabalhar nas obras sociais e operárias estava voltada para a pacificação e a concórdia entre as classes, para a mútua cooperação e para a preservação dos operários dos perigos do socialismo e do comunismo.

O movimento circulista significou o resultado da união de diversos movimentos operários cristãos, localizados em diversos estados do país que trabalhavam junto ao operariado como objetivos temporais. Além dos objetivos meramente materiais de assistência aos operários, os Círculos Operários tencionavam colaborar com o Ministério do Trabalho nos pontos em que a legislação trabalhista era deficiente e pôr um dique à influência e infiltração das idéias marxistas. As relações entre o Ministério do Trabalho e os círculos se estreitam a ponto de a Confederação Nacional dos Círculos Operários ser instituída, pelo decreto federal nº 7.164 de 12/05/1941, órgão técnico e consultivo do referido ministério.

Segundo o Manual do Círculo Operário, publicado pela Confederação Nacional de Operários Católicos:

*“O objetivo dos círculos é formar uma organização forte e perfeita para dignificar o trabalho e prestar aos seus associados todo o gênero de benefícios e defesa, em especial: cultura intelectual, moral e física; assistência social carinhosa e eficiente; proteção corporativa, advogando os interesses legítimos da classe e alargando ainda mais o campo ainda estreito dos direitos dos proletários; auxílio material pelas várias formas de beneficência; promover a organização profissional: sindicalismo e corporativismo; dignificação e harmonização do campo do trabalho.”*

Ainda no mesmo manual podemos encontrar os princípios básicos que regiam as leis e atividades dos Círculos Operários Católicos:

*“A moral e a doutrina de Cristo; as Encíclicas Rerum Novarum de Leão XIII e a Quadragesimo Anno de Pio XI; repúdio à luta sistemática de*

*classes; o direito natural e sagrado da propriedade legitimamente adquirida; a necessidade de intervenção do Estado na questão social, no sentido de regular o justo salário, a justa produção e o justo preço; a fórmula de Toniolo “ O trabalho cada vez mais dominante; a natureza cada vez mais dominada; o capital cada vez mais proporcionado ”.*<sup>10</sup>

O movimento dos Centros Educativos Operários, iniciativa local inspirada nos Círculos Operários Católicos, foi criado em 1935 e havia tentado introduzir-se no movimento sindical, tento sido repudiado pela Federação das Classes Trabalhadoras.

Segundo artigo publicado na Folha do Povo, em 24/10/ 1935, tem-se notícia que, na última assembléia da referida federação, foi apresentada pela delegação gráfica, uma moção no sentido de que a Federação se alheasse do movimento centrista por se tratar de uma iniciativa integralista disfarçada. A justificativa da moção se baseava no argumento de que antes da instrução, o operário carecia de pão e quando este o tivesse, saberia por meio das suas organizações de classe, que são os sindicatos, promover a sua própria instrução.

Em janeiro de 1936, através da Lei Estadual nº 109/36, os Centros Educativos Operários foram considerados de utilidade pública, ficando o governo autorizado a ceder, durante a noite, os grupos escolares para os serviços de alfabetização e ensino primário dos trabalhadores inscritos nos referidos centros.

O movimento dos Centros Educativos Operários recebeu grande apoio de alguns deputados estaduais, como por exemplo, do deputado padre Gonzaga de Lyra, que era um dos seus diretores e do deputado José Vieira, que na sessão de 05/10/1936, apresentou um projeto de lei que autorizaria o governo do Estado a contribuir mensalmente com a importância de 4:000\$000 (quatro contos de réis) para o movimento centrista. Este resultou na lei nº 237 de 07/12/ 1936 que concedeu aos referidos centros um auxílio mensal de 2:000\$000 (dois contos de réis).

Segundo artigos publicados em 12, 13 e 21 de novembro de 1937 no Diário do Nordeste, jornal de orientação integralista, os Centros Educativos Operários, nas festividades de comemoração do Dia da Bandeira, realizaram uma grande campanha nacionalista contra o comunismo, exaltando o simbolismo da bandeira nacional e nas festividades do Dia da Bandeira, mais de 10.000 homens, representando estes centros, desfilaram pelas ruas do Recife.

Um indicativo de como os Centros Educativos Operários tentavam influir na organização e disciplinamento das horas de lazer dos trabalhadores pode ser encontrado nas comemorações de Natal promovidos pelos mesmos nos subúrbios do Recife, em 1939, segundo notícia publicada na Folha da Manhã. Nestas comemorações estavam previstas a distribuição de presentes às crianças pobres e de diplomas de costureiras para as moças pobres que haviam feito o curso de corte e costura oferecidos pelos próprios centros. Nesta ocasião, os centros de Santo Amaro, Afogados, Pina, Monteiro, Água Fria e Várzea iriam diplomar 75 moças que tinham aprendido durante o ano a bordar e a coser.

As festividades de comemoração do aniversário dos Centros Educativos Operários, durante os anos de 1941, 1942 e 1944, segundo artigos publicados na Folha da Manhã foram muito movimentadas, possuindo uma programação bastante vasta que se iniciava pela manhã com salva de 21 tiros, hasteamento de bandeiras, missa, desfile de membros do centros e de escoteiros pelas ruas do Recife, encerrando-se sempre com uma seção solene à noite, com a presença de autoridades e presidida pelo interventor federal.

Com o Estado Novo, o movimento dos Centros Educativos Operários passou a atuar livremente nos sindicatos operários. A hierarquia dos centros era formada por instrutores, professores, agentes sociais, mestres, contra-mestres e membros do conselho operário. A equipe dos professores-instrutores era composta por intelectuais e estudantes, que, identificados com a causa, colaboravam voluntariamente. Os sócios se dividiam em efetivos, “amigos dos operários”, e honorários. Somente poderiam ser sócios efetivos os operários e empregados que trabalhavam no comércio, indústria e agricultura. Os sócios “amigos dos operários” e os honorários seriam aqueles que prestavam amparo financeiro às instituições mantidas pelo serviço social dos Centros Educativos.

Os Centros Educativos Operários encontravam-se divididos em quatro departamentos: instrução, beneficência e defesa, cultura física e artística e de estudos. A manutenção destes centros era feita através de taxas de serviços prestados, donativos de protetores, subvenção do Estado e auxílios de outras entidades. Possuíam como principais tarefas: orientar a classe trabalhadora para participar das campanhas cívicas; organizar comissões de informação sindical que conduzissem aos sindicatos de classe operários não sindicalizados; estimular a fundação de cooperativas escolares de consumo e caixas de socorro mútuo; fazer propaganda sanitária e divulgar medicações profiláticas; incentivar a participação em festas populares e religiosas; preparar os elementos de direção que receberiam cultura e “conhecimento doutrinário” e que comporiam uma “elite operária”, que iria exercer uma constante doutrinação junto às classes trabalhadoras.

É bastante significativo da importância que os Centros Educativos Operários possuíram na política local, no período estudado, o fato que durante os dois governos de Agamenon Magalhães em Pernambuco, tiveram sede própria, em Recife, os Centros de Areias, Cordeiro, Santo Amaro, Pina e Água Fria, enquanto os de Arraial, Monteiro, Várzea, Afogados e Campo Grande receberam melhorias crescentes.

O Engenheiro Jorge Martins, presidente do Serviço Social Contra o Mocambo, em discurso proferido na sessão de serviço de 10 de setembro de 1952 em memória a Agamenon Magalhães, anunciou que, ao lado das vilas operárias, surgiram os centros operários modelos, que numa cadeia de dez unidades estavam completando a obra máxima da administração de Agamenon Magalhães, recuperando o homem aviltado pelo mocambo e trabalhando pelo reajustamento da família operária. Segundo o seu depoimento, nestes centros alfabetizavam-se crianças e adultos; ensinavam-se artes domésticas (com que a mulher podia ganhar o pão fazendo dela uma profissão); distribuía-se leite em pó e remédios; fornecia-se também assistência médica e dentária e recreação sadia e instrutiva e ensinava-se o amor à pátria e o temor a Deus.

### **A DIRETORIA MUNICIPAL DE REEDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

O deputado federal Ari Pitombo, em discurso proferido na sessão da Câmara Federal de 25/08/1952, por ocasião da morte de Agamenon Magalhães, comentou que grandes obras de caráter social foram realizadas durante o período de sua interventoria, sendo desde logo criada uma diretoria de reeducação e assistência, condensada nos seguintes pontos: dispensa de dívidas para com o Estado e a Prefeitura de pessoas reconhecidamente pobres; auxílio à habitação popular; proteção às viúvas e assistência às famílias de grande prole; organização de escolas oficinas para a preparação profissional de meninos pobres e abandonados e combate à habitação miserável, através da Liga Social Contra o Mocambo.

A Diretoria de Reeducação e Assistência Social, embora tenha sido uma iniciativa municipal, foi criada sob influência direta do interventor Agamenon Magalhães, tendo este comentado em artigo da Folha da Manhã de 03/05/1938 que verificando os frutos do apostolado de Milton de Pontes com os Centros Educativos Operários pelos centros e bairros operários, fez a prefeitura do Recife criar aquela diretoria, entregando-a à sua direção.

A Diretoria de Reeducação e Assistência Social, segundo artigo publicado na Folha da Manhã de 15/12/1937, foi criada pelo decreto municipal n° 13 de

14/12/1937, com o objetivo de promover o desenvolvimento moral, social e econômico da população operária do Recife. A exposição de motivos que antecedeu os artigos do mencionado decreto, constitui-se num manancial de indicadores de quais seriam os problemas e as necessidades mais imediatas da nova ordem que se implantava em função da realidade sócio-econômica e política local.

Em primeiro lugar, admitiu-se a existência de uma questão social a ser resolvida:

*“por meio de um sistema educativo, defendendo-se a personalidade humana, disciplinando-se as vontades, normalizando-se as relações sociais de modo que se possa evitar a corrupção de costumes, garantindo-se a subsistência de todos pelo trabalho honesto e compensador.”*

Em seguida, considerou-se a existência de pouco aproveitamento profissional, devendo ser feita a adaptação dos homens analfabetos ao trabalho e seu preparo técnico, no sentido de realizar trabalho produtivo. Depois levou-se em consideração a necessidade de estimular a indústria doméstica, como fonte de renda para as famílias operárias. Foram considerados também os diversos problemas referentes ao abastecimento, habitação e higiene das zonas suburbanas, principalmente aquelas atingidas pela maré. Por fim, considerou-se que, para a solução dos problemas mencionados, tornava-se imprescindível a colaboração efetiva das classes produtoras, o que se encontrava em perfeita harmonia com os princípios corporativistas do regime implantado.

Conforme o artigo segundo do mencionado decreto, para a orientação dos serviços a serem organizados, deveriam ser observadas as seguintes diretivas:

- a) investigar as necessidades econômicas e sociais da população;*
- b) desenvolver intensa propaganda contra o comunismo;*
- c) incrementar o ensino primário, profissional e doméstico para adultos;*
- d) solucionar o problema dos mocambos com medidas e realizações de ordem prática;*
- e) sugerir os meios de abastecimento e melhoria das condições de vida;*

- f) promover a organização dos pequenos produtores em moldes corporativistas;*
- g) facilitar o desenvolvimento dos esportes;*
- h) incentivar os serviços particulares de assistência médica, dentária e de farmácia, nos bairros operários;*
- i) cooperar na organização de festas cívicas ou diversões populares.”*

Segundo o plano de trabalho, elaborado pelo sr. Milton de Pontes para a Diretoria e publicado na Folha da Manhã de 23/12/1937, os empreendimentos da mesma estavam situados em dois planos, que se completavam: um despertando e preparando o homem para a vida do trabalho, promovendo a sua integração na sociedade, completando-lhe a formação moral, intelectual e física; outro amparando sua família, protegendo-lhe a saúde e garantindo-lhe a sobrevivência.

De acordo com este plano, a Diretoria funcionaria com as seguintes seções: a) Instrução Operária- destinada a promover a alfabetização de adultos, o ensino profissional e doméstico, com a organização de escolas oficinas ou pequenos ateliers de indústria doméstica, que seriam localizados de preferência nos bairros operários; b) Habitação e Urbanização Operária – destinada a pôr em prática medidas gerais ou imediatas para solução dos problemas do mocambo, fazendo ainda, pouco a pouco, o levantamento demográfico dos subúrbios proletários, localizando as zonas de habitação, de canais, de viveiros, de campos de horticultura, além de outras providências aconselhadas pela necessidade pública e pela observação local; c) Assistência Social- destinada a orientar e organizar os serviços de saúde, a fiscalização higiênica dos bairros operários, o abastecimento dos gêneros de primeira necessidade, o estudo das causas e solução do desemprego e da mendicância; d) Propaganda Social – destinada a levar as classes produtoras para uma estreita colaboração com o poder público, interessando-se na solução dos problemas sociais e econômicos, difundir as idéias cooperativas, de poupança e previdência, fazer divulgação cultural e colaborar na organização de festas cívicas e diversões populares.

Uma das principais atividades desenvolvidas pela Diretoria de Reeducação e Assistência Social, com o apoio dos Centros Educativos Operários, foi a criação de salas de costura nos bairros pobres do Recife.

As três primeiras salas de costura foram instaladas nos bairros de Afogados, Água Fria e Santo Amaro. Em junho de 1940, já estava sendo instalada a nona sala de costura no Centro Educativo Operário de Areias.

Segundo Agamenon, a iniciativa havia sido tomada diante do número de mulheres, viúvas ou abandonadas pelos maridos, sem habitação, nem trabalho, que nas audiências públicas enchiam os salões do Palácio, pedindo teto, internação dos filhos em colégios de caridade, máquinas de costura e um curso sobre corte, bordado e flores, ou seja, não só instrumentos de trabalho, como a instrumentação necessária para criar e desenvolver o trabalho em domicílio.

A criação do Serviço Social Contra o Mocambo, através do Decreto-Lei n° 1.118 de 15/02/1945, incorporando a Fundação Casa Operária, a Liga Social Contra o Mocambo, a Diretoria Municipal de Reeducação Social e os Centros Educativos Operários, foi a estratégia encontrada pelo governo para preservar a estrutura assistencial montada, sob a proteção e controle do Estado.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, o que se pode observar no período estudado é que o processo de rearticulação entre as forças políticas e as alianças de classe neste período se deu através de uma aliança entre as oligarquias rurais e a burguesia emergente, no sentido de implantação de um governo autoritário e interventor, que pusesse fim à ameaça representada pela mobilização das classes subalternas. Com o processo de redemocratização, conseguiu-se manter estes mecanismos de controle, que foram consolidados pela estrutura sindical corporativista, pela CLT, pela Justiça do Trabalho e por mecanismos populistas de cooptação desenvolvidos durante o Estado Novo e incorporados pelas elites através do controle e da utilização da estrutura partidária e do aparelho burocrático estatal, permitindo o seu acesso aos canais de poder e a continuidade do seu domínio. Por outro lado, não se deve esquecer que a aliança, do ponto de vista das oligarquias rurais, passava pela manutenção do seu poder local e pela exclusão dos trabalhadores rurais, pagando estes um ônus bastante elevado pelo processo de “modernização” implantado nesse período.

Uma das conclusões a que se pôde chegar a partir do estudo realizado foi que o caráter de doutrinação ideológica expresso em várias instituições assistenciais, principalmente durante o Estado Novo, foi substituído dentro do regime democrático por um tipo de controle mais sutil, que se materializou na manipulação de verbas e subvenções pelos poderes Executivo e Legislativo, encaradas “patrimonialisticamente” como propriedade privada a ser distribuída de acordo com interesses clientelísticos, ficando em segundo plano a questão da representação e da participação da sociedade civil, principalmente pela população-alvo destas políticas, na sua gestão.

Finalmente, é importante ressaltar que a miséria urbana não se resolve somente através de mudanças supletivas, paliativas, que não interferem diretamente na distribuição de renda vigente. Por outro lado, a conquista da cidadania numa sociedade democrática passa necessariamente pelo atendimento à necessidades básicas, onde as políticas sociais podem representar um meio de gradativamente ir diminuindo as desigualdades e a exclusão social. O avanço da democracia está vinculado a um processo de conquista de um poder de representação, de participação e de decisão, através do exercício da política como uma forma de construção da cidadania. Neste sentido, a polêmica em torno de questões como justiça social, miséria e exclusão social, solidariedade e individualismo encontram-se mais atuais que nunca, demandando uma reflexão profunda sobre a crise de valores morais e éticos vivida, em que os valores ditos cristãos, ou mesmo os ideais comunistas, foram substituídos por um liberalismo individualista e excludente, que infelizmente tem acompanhado o desenvolvimento material e tecnológico alcançado pelas sociedades capitalistas contemporâneas.

#### Notas:

<sup>1</sup>Artigo baseado na dissertação de mestrado por mim defendida em 1995 na Pós-Graduação em História, intitulada: “Estado, Igreja e Políticas Assistenciais em Pernambuco (1935-1945) : Imaginário das Elites e Ações Políticas”; apresentado inicialmente como comunicação em 1999, no encontro Recife Nossa História: I Encontro de História do Recife.

<sup>2</sup>Professor visitante do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco

<sup>3</sup>Para um maior aprofundamento sobre a mobilização das classes trabalhadoras em Recife, na década de 1930, ver : BRAYNER, Nadjá Maria Miranda. *Lutas Operárias no Recife nos anos 30*. In: REZENDE, Antônio Paulo. (org.) *Recife: Que História é essa?* Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1987 e GOMES, Vilma Dourado M Maia. *A Escola de Serviço Social de Pernambuco – 1940/1945. Políticas de Ação e Ações Políticas*. Recife: Dissertação apresentada ao mestrado em Serviço Social da UFPE, 1987.

<sup>4</sup>Existem alguns trabalhos a respeito da atuação de Agamenon Magalhães em Pernambuco: PEREIRA, Nilo. *Agamenon Magalhães: uma evocação pessoal*. Recife: Secretaria do Governo, 1973; LIMA FILHO, Antônio de Andrade. *China Gordó: Agamenon Magalhães e sua época*. Recife: Ed. Universitária, 1976; CAVALCANTI, Paulo. *O Caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes*. São Paulo: Alfa-ômega, 1978; PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Recife: Massangana, 1984; SIQUEIRA, Antônio Jorge de. *A política habitacional de Agamenon Magalhães 1938-1945* In: Anais da III Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. p. 183-189. São Paulo, 1984.

<sup>5</sup>Para maiores informações sobre a Congregação Mariana ver MIRANDA, Carlos Alberto Cunha de. *Igreja Católica do Brasil: uma trajetória reformista (1872-1945)*. Recife: dissertação apresentada ao mestrado em História da UFPE, 1988.

<sup>6</sup>cf. SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al. *Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras. Uma questão em análise*. São Paulo: Cortêz, 1989 e IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortêz;

Lima: CELATS, 1985.

<sup>7</sup>Sobre patrimonialismo e populismo na política brasileira ver: CAMARGO, Aspásia Alcântara. *Autoritarismo e Populismo: a bipolaridade do sistema político brasileiro*. In: DADOS, 12, Rio de Janeiro, 1976; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976; SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982; ANDRADE, Regis de Castro. *Perspectivas no estudo do populismo brasileiro*. p. 41-86. IN: SILVEIRA et al. *Encontros Com a Civilização Brasileira*, 7. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979; WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

<sup>8</sup>Para um aprofundamento sobre a ação da Igreja Católica no período ver: BEOZZO, José Oscar. *A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização*. In: FAUSTO, Boris.(org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, 11. São Paulo: Difel, 1984; LUSTOSA, Oscar F. *A Igreja Católica no Brasil República: Cem anos de compromisso (1889-1989)*. São Paulo: Paulinas, 1991; DUSSEL, Enrique. *História da Igreja Latino-Americana (1930-1945)*. São Paulo: Paulinas, 1989 e DELLA CALVA, Ralph. *Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias sobre o catolicismo brasileiro*. In: CEBRAP Estudos, n. 12, 7-52, 1975.

<sup>9</sup>Cf. *Estatuto da Obra de Assistência aos Mendigos e Desamparados da Cidade do Recife*. Recife: Imprensa Oficial, 1938.

<sup>10</sup>Cf. Confederação Nacional de Operários Católicos. *Manual do Círculo Operário*. Petrópolis: Vozes, 1940.